

Podem os índios ser brasileiros? Intelectuais, indígenas e cidadania no Império

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO¹
helidas@gmail.com

Resumo: A consolidação do Império e a formação do estado-nação a partir da segunda metade do século XIX, motivou intelectuais e historiadores a produzir textos, ensaios históricos e sessões temáticas voltadas à discussão da problemática da incorporação do elemento indígena à sociedade Brasileira. Para além de um debate historiográfico que indagava a origem dos índios no Brasil, tem-se um projeto político que busca orientar as tomadas de decisão do império no que concerne ao futuro das populações indígenas. Dessa forma este texto tem como hipótese que o discurso histórico do IHGB muito embora buscasse apontar caminhos para a incorporação do índio na sociedade nacional, ele não absorvia as tensões e divergências regionais fruto da presença indígena em várias partes importantes do Império nação. A partir dos debates empreendidos nas páginas da Revista do IHGB, analisamos a posição de historiadores tais como Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolfo Varnhagen, Joaquim Noberto de Souza Silva, por entender que eles expressam pontos de vista emblemáticos acerca da incorporação dos índios à sociedade nacional.

Palavra Chave: Historiografia, nacionalidade, índios

Índios e a nação

Seria possível tornar os índios brasileiros? Esta questão esteve presente no imaginário nacional durante boa parte do século XIX, principalmente no segundo reinado, em instituições comprometidas a pensar a formação da nação e da brasilidade. A mestiçagem surge como uma alternativa para a representação do povo brasileiro, dada a dificuldade em eleger qual elemento melhor explicaria a origem dessa nação. Este texto parte dos escritos de historiadores do IHGB, publicados nas páginas da revista do Instituto e visa mostrar que o debate em torno da presença indígena na construção da nação foi muito mais tenso e controvertido do que os autores românticos quiseram demonstrar. A pergunta sobre como tornar os índios elementos da nação ultrapassa os

¹ Professora Auxiliar do DCH – IV da Universidade do Estado da Bahia. Mestre em História Social pela UFBA.

limites da representação que o movimento romântico quis imprimir, ou seja, a de transformá-los em emblemas nacionais. Literatos, políticos e historiadores empenharam-se na construção de uma história iniciada no encontro entre os povos americanos e europeus. Nesse jogo de ambigüidades e retórica, ficou a cargo da historiografia conciliar a memória do passado colonial com os conflitos ainda presentes no século XIX entre índios aldeados e classe senhorial.

Fundado em 1838, o corpo intelectual do Instituto Histórico constitui-se de letrados da alta sociedade de corte, que reuniam-se em sessões semanais em que se debatiam temas previamente escolhidos (SCHWARCZ, 1998, p. 127). Sustentado pelo jovem monarca D. Pedro II, o IHGB tinha como missão a construção da história pátria, a fundação da nacionalidade e a disseminação de idéias gloriosas sobre o passado colonial. Pensado a partir das idéias da ilustração, uma questão aparece de forma relevante: é preciso constituir a nação não em oposição à metrópole portuguesa, mas como a continuidade de um trabalho iniciado por esta desde o período colonial. (GUIMARÃES, 1988, p. 6)

Pensando nestas questões é que este artigo se propõe a analisar o ponto de vista de alguns historiadores do século XIX, que através de textos escritos entre 1840 e 1857, expressam aspectos considerados relevantes para o debate sobre o elemento indígena no início do II reinado. Dessa forma, escolhemos o texto de 1840 do cônego-historiador Januário da Cunha Barboza, secretário perpétuo do IHGB, no qual ele defende o emprego da catequese para resolver a questão dos índios ainda não domesticados no Brasil, e o texto de Joaquim Noberto de Souza Silva, de 1852, intitulado “Memória Histórica e documentada das aldeas de índios da Provincia do Rio de Janeiro” e o texto “Os índios perante a nacionalidade Brasileira” escrito por Francisco Adolfo Varnhagen publicado em 1857, sob a forma de um “Discurso preliminar” no segundo volume da primeira edição da *História Geral do Brasil*.

Entende-se que durante o segundo império a questão indígena pode ser percebido a partir de três dimensões. 1. O debate literário que desde logo buscou fomentar no plano simbólico um discurso romântico que tornava o índio herói a partir de uma imagem idílica dos índios harmonizados e integrados ao processo colonizador. 2. Já no plano historiográfico a preocupação era a de revelar a verdadeira origem das

sociedades indígenas, recriar uma imagem bem delimitada deles no passado colonial e decidir sobre a efetividade da catequese para trazê-los das brenhas incultas à civilização. Mesmo recheado de contradições o debate histórico e etnográfico gestados no interior do IHGB serviria de lastro para a política indigenista do estado imperial. 3. Por fim, destacamos que as duas primeiras dimensões do debate precisam ser confrontadas no âmbito da realidade social com a prática dominante dos agentes imperiais em relação às populações indígenas. Já que diversos eventos apontam para a existência de inumeráveis conflitos entre índios e elite que ainda persistiam na sociedade brasileira do século XIX.

O debate literário que buscou no índio a figura central para a constituição desta identidade nativa tomou forma neste panorama intelectual e ideológico a partir da busca da “exaltação das originalidades locais” (SCHWARCZ, 1998, p. 127). Com esse discurso intelectuais e romancistas do início do Império exaltavam o indígena como símbolo original da identidade brasileira. Convém lembrar que algumas qualidades presentes no imaginário romântico viriam a ser destacadas no elemento nativo. Assim a bravura, a coragem, os gestos nobres, a beleza física e a capacidade de superar as adversidades, são atributos presentes na literatura romântica indianista. Do lado oposto, desprezava-se a nudez, a rebeldia, o barbarismo, o canibalismo e o paganismo, como características que deveriam ser extirpadas das representações dos grupos indígenas que se queriam nacionais.

No âmbito das discussões historiográficas o que houve foi a tentativa de organizar e simplificar a variedade lingüística e étnica das populações indígenas, os historiadores do XIX logo constituíram a oposição binária Tupi-Tapuia², para reorganizar a presença destes elementos desde o período colonial (MONTEIRO: 2001, 2003). Cada uma destas matrizes legou uma contribuição que deveria ser emblemática para o panorama do romantismo indianista. Assim os tupis teriam sido os povos que

² “No século XVIII, tapuia significa qualquer indígena de um grupo que não tenha se integrado nas comunidades portuguesas, nem adotado o modo de vida tupi-guarani. São os membros das comunidades que mantêm estilos de vida fundamentalmente tradicionais, embora não recusem a alfabetização, os postos de assistência médica e social do governo imperial e as técnicas e ferramentas modernas que lhes sejam convenientes.” IN: http://rpg_ficcao.sites.uol.com.br/Outro/Tapuia.htm, acessado em 18/05/2010

fizeram alianças com os colonizadores e “contribuíram de maneira heróica à consolidação da presença portuguesa”. (MONTEIRO, 2003, p. 127) Estes foram relegados a um passado distante, e por isso recuperados em uma visão nostálgica e apropriada para os padrões do romantismo. Os tapuias, lidos como os povos bárbaros entranhados nos sertões, figuravam como elemento inimigo dos portugueses e nos debates do XIX serviu como um tipo rebelde, não suscetível à catequese, portanto impróprios para os padrões de civilização que se desejava constituir. Ambas as imagens aparecem de formas contrastantes na visão dos historiadores do século XIX, sobretudo o de Barboza (1840 [1858]) e Varnhagem (1857) que aqui serão analisados.

Cabe ressaltar ainda que o Brasil aspirava um lugar de civilização e ilustração, que a elite imperial identificava como típicos dos países europeus, e que o diferenciava da conturbada situação política expressa nos movimentos de independência das nações do novo mundo. A questão é que a historiografia do período, imbuía-se da idéia de constituir uma memória da nação onde as contradições sociais não estivessem expressas. Tratava-se de estabelecer um conceito de nação continuadora do processo civilizatório iniciado pelos portugueses. Buscou-se apagar as diferenças ou mesmo harmonizá-las, dando a cada uma das raças o seu lugar na construção da identidade nacional. Tais diferenças também deveriam ser apaziguadas diante do otimismo e estabilidade advindos com o reinado de D. Pedro II. Assim as revoluções liberais e a crise do I reinado, também não figurariam como os eventos a serem destacados nas páginas da história do Brasil.

No entanto a realidade apresentava-se de forma bastante diversa daquela propagada entre os salões nobres dos letrados do império. Em escala regional, as disputas entre as elites oligárquicas em torno de uma maior autonomia de suas províncias, esquentavam as discussões entre liberais e conservadores. No plano social a presença em larga escala de população de origem africana, ocupando e desenvolvendo atividades imprescindíveis para a economia do império, agravava ainda mais o desespero das elites nacionais, em suas tentativas de conduzir um projeto modernizador com fortes tendências ao branqueamento. Tal projeto imposto sobretudo contra o elemento africano e escravo, criava impasses em torno das idéias que previam o fim da escravidão. Estava na ordem do dia para as classes senhoriais a questão do trabalho e da

pressão econômica que a Inglaterra exercia para a extinção do tráfico de escravos. Assim, não é à toa que a década de 1840 e 1850 foi um momento emblemático para pensar formas de inserir as dispersas populações indígenas como mão de obra nos centros urbanos ou mesmo aproveitá-las nas estruturas patriarcais e latifundiárias que marcavam a economia do Império. Nossa análise coaduna com a perspectiva de Carvalho (2002) e Morel (2008) de que a arregimentação das populações indígenas no império era fundamental para o complexo jogo de alianças políticas em nível regional. E que por outro lado a assimilação dessas populações foi pensada justamente no momento em que as ações de resistência indígena pipocavam por todo o território.

O que está no cerne do debate empreendido por Varnhagen e Barboza é não somente a integração utilitária da mão de obra indígena não escrava nos processos de produção, mas o jogo político que o controle de terras e de populações indígenas engendrava em disputas de poder envolvendo os interesses particulares das elites, assim como a garantia do sucesso das missões e a nova política de aldeamentos empreendidos no século XIX.

Cabe ressaltar que outros autores estiveram envolvidos nesse debate, tais como Joaquim Norberto de Souza Silva que em 1852 escreveu “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro”³ referente ao Rio de Janeiro, o historiador Carl F. P. Von Martius, ganhador do prêmio de melhor monografia em 1847 com o texto “Como se deve escrever a história do Brasil”. Joaquim Norberto da Silva por exemplo ao escrever as memórias históricas sobre os índios do rio de janeiro, deixa-nos entrever em seu texto que a necessidade de retomar o passado indígena, advém da necessidade de projetar para o futuro o conhecimento dos usos e costumes do índios que habitavam este vasto país por estarem os índios em vias de extinção. Para muitos historiadores que escreveram nas páginas da RIHGB, os índios era uma categoria em transição e fadada ao desaparecimento. Assim na introdução de sua “memória” ele nos diz:

³SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória Histórica e documentada das aldeas de índios da Provincia do Rio de Janeiro. RIHGB, 1852. In: Rev. Inst. Hist. Geo. do Brasil. Rio de Janeiro, tomo 17, 1854, p. 109-263).

“Mais de tres seculos se afundaram no golphão do passado, e mais alguns annos terão decorrido, e as reliquias das muitas tribus da grande familia dos tupis desaparecerão para sempre da face da terra. Por infructiferas que hão sido todas as indagações, mal tem os conhecimentos humanos podido penetrar na verdadeira origem d’esses povos errantes, talvez desviados de uma tal ou qual civilização, e levados de decadencia em decadencia á degradação de barbaros, como pretendem alguns auctores; ou retidos na ignorancia desde a sua origem, como querem outros; (SILVA, p. 118)

Já de saída podemos perceber que no âmbito das projeções de futuro sobre o destino dos índios do Brasil, a questão do trabalho e da incorporação dos índios através da miscigenação foi de fundamental importancia para o debate sobre a questão indígena no Império. Segundo Marinato (2008) esse debate se inicia já desde o periodo da independencia, quando em 1822 Jose Bonifácio de Andrada e Silva que apresentou à Assembléia Constituinte os “Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil”, o qual previa orientações acerca das políticas imperiais para o uso da mão de obra indígena tornando-os trabalhadores agricolas, incentivando o comércio e o casamento misto que apoiados na prática civilizadora da catequese transformaria os índios em autênticos brasileiros.

A posição do Conego-historiador Januário da Cunha Barboza, apoiava-se justamente nas idéias de que a experiência das missões, afastadas de seus interesses políticos e inscrita dentro do projeto de educação, poderia ser nos útil na difícil e longa tarefa de civilizar os bárbaros e administrá-los de acordo com os interesses de construção do estado nacional. Varnhagen por sua vez, não admite que os indígenas sejam os puros e legítimos representantes da nacionalidade brasileira, enfatizando que estes nem se quer merecem o nome de bárbaros, eles são “selvagens”! O que destoa nos discursos dos dois historiadores é o tom e o lugar do qual cada um profere suas palavras!

Torna-se claro que nos debates do XIX existem contradições e incoerências sobre a natureza dos índios tanto quanto as possibilidades de tornar os índios parte do povo brasileiro. Januário da Cunha Barboza acredita “que a cathequese é o meio mais efficaz, e talvez unico, de trazer os Indios da barbaridade de suas brenhas aos commodos da sociabilidade.” (Barboza, 1840, [1857] p. 3-4) Ou seja, já de saída apresenta-se a idéia de que as experiências históricas do passado colonial podem ser reabilitadas para o modelo de nação e progresso que se quer no Império. Ademais se a

história é a matéria com a qual aprendemos com o passado, portanto, a catequese como uma experiência válida para a civilização dos índios, poderia ser habilitada nas circunstâncias do século XIX para tornar possível a assimilação dos bárbaros povos indígenas ainda dispersos no território nacional. Os argumentos traçados pelo Conego-historiador apontam para a idéia do comprometimento que a escravidão dos índios e dos africanos causam ao desenvolvimento da sociedade nacional. Ao apontar que os índios foram escravizados e violentados desde o período colonial ele busca no passado uma explicação causal para o estado de degenerescência a que se encontram atualmente os indígenas ao tempo em que instaura a pergunta sobre o que fazer em relação a eles. Em excelente artigo Rodrigo Turin (2005) aponta uma questão que nos parece central para entender o debate etnográfico nas páginas do IHGB. De acordo com este historiador, Januário da Cunha Barbosa operava a idéia de que os índios possuíam uma natureza humana singular e universal, que teria sido degenerada justamente pelo estado de nomadismo e pelas constantes violências e exploração a que foram submetidos. Portanto os índios estariam em um grau primário no estágio de evolução, como na infância da humanidade bastando então um direcionamento adequado para chegar ao estágio de civilização. A contradição é corrente nas opiniões dos historiadores do Instituto. Para alguns as missões jesuíticas não lograram tanto sucesso assim na civilização dos indígenas, de forma que, como afirma Joaquim Silva "Passa o tempo e a população indígena mais e mais se aniquila e desaparece!(Silva, 1852, p. 263)

Januário da Cunha Barboza sugere ainda que os índios sejam aproveitados da melhor maneira possível e que seus filhos sejam educados com “maior desvelo”(p.6) pois neles deveriam ser inculcados a “esperança da desejada civilização” (p.6). Este tópico parece ser parcialmente acordado por Varnhagen, que acredita que o trabalho entretém o espírito dos indígenas, que não mais voltariam para as tristes cenas de monotonia e perigos dos bosques. No entanto, o que ele expressa é o seu pessimismo e divergência com o pensamento romântico que ver o indígena como símbolo da identidade nacional. Mais a frente nosso dileto cônego reconhece que o maior impedimento para o diálogo frutífero com os nossos índios resulta da justa desconfiança “que nossos ambiciosos predecessores plantaram no coração de taes homens.” (p.6). Ele também não deixa de sublinhar a propensa vocação vingativa dos silvícolas, quando sofrem ações contra seus interesses. Esse ódio teria sido encetado pela forma muitas

vezes ambiciosa em como os conquistadores trataram tais homens. “A nossa historia está cheia de exemplos da boa fé com que os índios do Brasil cumprem os seus deveres em nossa amizade, em quanto a ambição e perfídia dos nossos os não obrigam a vingar suas offensas.(p.13)”. O que está por trás de afirmações como esta é a oposição entre civilizados/bárbaros, amáveis/brutos, pacíficos/violentos. Mesmo suscetíveis à civilização e catequese os índios por serem selvagens por natureza são inconstantes e podem a qualquer momento, se atiçados, pegar em armas e promover ataques contra os brancos por conta do estado de ódio e desconfiança que trazem consigo contra os seus inimigos.

Ainda assim, o secretário perpétuo do Instituto, aparentemente defende a posição de que a catequese e não o emprego das armas é o melhor método para tornar os índios membros da nação. Para isso ele busca legitimar sua posição a partir de trechos da carta do Padre Antonio Vieira, escrita no Maranhão em 1660 e nas memórias do Bispo D. José Joaquim da Cunha d’Azevedo Coutinho,⁴ ambos os relatos baseados em experiências dignificadoras e pacificadoras de conversão dos índios. É claro que o nosso cônego recorta dos relatos coloniais passagens que assegurem o sucesso da catequização na conversão. Tal argumento poderia até nos convencer, se não fosse por esta defesa do uso das armas que ele faz, não no corpo do texto, mas em uma longa nota de rodapé, que vale a pena ser transcrita na íntegra:

Não se entenda que é minha opinião que entrem os missionários em suas tarefas apostólicas unicamente armados da cruz e do evangelho; esse procedimento os exporia á barbaridade dos indígenas, assaz irritados pelas nossas precedentes perseguições e perfídias. As missões devem apoiar-se nas armas, para que sejam respeitadas, e destartes tirar-se dos índios a tentação habitual de seus acometimentos; porem as armas devem ser para a defesa, segurança e respeito, e nunca para abrirem caminho às doutrinas de paz e de luz que se lhes devem pregar. As armas além disto, confiadas de homens prudentes, devem servir para a defesa das aldeãs cathequisadas, pois que muitas Nações Indias descerão das brenhas a procurar-nos, fugindo á perseguição de seus inimigos conterraenos bem como acontecêra aos ferozes botecudos nas margens do Rio-doce; por isso, quando virem que da nossa amizade lhes resulta páz e defesa, elles de bom grado respeitarão as nossas

⁴ Barboza cita um trecho da carta do Bispo D. José Joaquim da Cunha d’Azevedo Coutinho, que no ano de 1804 escreveu ao príncipe regente D. João sobre sua experiência de Catequese na província de Pernambuco, mas não explicita a referência deste documento. Assim como ele também não oferece a referência da Carta do padre Vieira que ele utiliza logo no início do seu texto.

Missões, ouviráos as doutrinas Evangelicas, dando tempo á desejada civilização, e aos novos hábitos da vida social. (Barboza, 1840, [1857] p.13)

Em suma, para sustentar a “causa da civilização,” (p.4) seus argumentos para além de propor que ainda era necessário tornar os inimigos dóceis, e reverter o estágio de desconfiança que os indígenas tinham com os brancos, era contingencial que a catequese andasse de mãos dadas com as armas. Acontece que nas primeiras décadas do século XIX, a situação de conflitos sociais e tensões políticas que espocavam em diversas partes do império, contrastavam flagrantemente com os discursos e símbolos acerca da passividade das populações indígenas. As formulações expressas no movimento romântico indianista e no discurso historiográfico nos impele a confrontá-los com os contextos de disputas regionais do Império que não ocorreu sem entraves ou contradições. Morel (2008) aponta as incongruências do debate indianista mostrando que para além da exaltação simbólica do índio, na prática as relações sociais se expressavam com atitudes violentas “nas tentativas de domesticação ou destruição dos modos de vida das populações indígenas”(MOREL: 2008, p. 139).

A questão do uso das armas e da conversão forçada dos índios é uma via de mão dupla. Pois a militarização pode ser usada a favor de interesses de proprietários e particulares, assim também como pode instrumentalizar os índios em suas estratégias de resistência ao domínio branco. Isso de fato ocorreu em diversas províncias, que enviavam ao Imperador notícias de povoados que sofriam com os constantes ataques dos silvícolas, e que viam na formação de milícias a saída para combater tais perigos⁵. Porém, no âmbito das disputas sociais, era de opinião certa que a aliança dos índios em situações de conflitos ou nas quais as elites regionais estavam divididas, poderiam em muitos casos, garantir a vitória de um grupo sobre outro (CARVALHO: 2002). No período da conquista foi amplamente explorado entre europeus o jogo de alianças com diversas etnias indígenas, que serviu de estratégia de sedimentação das estruturas políticas e de ocupação do território. Isso é reconhecido por Barboza quando ele afirma que “e apesar mesmo de sua habitual barbaridade nós lhes devemos grandes serviços pela sua poderosa coadjuvação em muitos lances de aperto;” (Barboza, 1840, [1857]

⁵ Sobre o assunto ver o capítulo 3 e 6 da tese de livre docência do historiador John Monteiro, apresentada em 2001, na IFCH-UNICAMP.

p.13-14). Durante a ocupação Holandesa no nordeste grassava entre estes que os índios eram bons e temíveis guerreiros, muito embora fossem indolentes e avessos ao trabalho.

Já para o historiador Varnhagen a religião não pode trazer os índios para a civilização. E para isso ele usa um argumento filosófico. Pois como selvagens eles não possuem moral, sem moral não adquirem virtude e “sem a admissão das virtudes”, eles estão entregues a um estado vicioso das paixões e em tal estado é impossível ter civilização. Além disso, neste discurso preliminar, Varnhagen argumentará que a melhor solução a ser dada para as dispersas populações indígenas é que eles “passassem à condição em que se acham nossos africanos” (p. XXI), ou seja, tornassem-se escravos, reduzindo sua convivência social ao emprego útil de sua mão de obra. Mas a frente ele ainda propõe que:

e depois de os sujeitar e avassalar , não os soltemos outra vez para irem para os matos com o maior rancor, nem os aldeemos junto dos mesmos matos segregados da civilização. Pelo contrário: ponhamol-os com ela no mais immediato contacto, distribuindo-os, v. gr. como clientes, pelas casas dos cidadãos honestos das grandes povoações. (Varnhagen, 1857, p. XXII)

A proposta do nosso Visconde-Historiador era bem clara e pode ser expressa através de um conjunto de proposições políticas que apontava para a necessidade de fazer guerra contra os índios, pois sem dúvida, este é um grande meio civilizador. Ademais a catequese foi um equívoco, pois o emprego da força era necessário, e se por ventura houve abusos para tornar os índios civilizados, isso certamente foram notícias exageradas ou então fruto das contraditórias leis das metrópoles que pressionadas pelos religiosos eram obrigadas a editar bulas de proteção aos indígenas. O texto de Varnhagen basicamente olha para o futuro do empreendimento português no Brasil, sem contudo desprezar as experiências do passado colonial. Assim ele escreve:

“Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento christão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glorias da patria, e por conseguinte a historia nacional. (Varnhagen, 1857, p. XXV)”

Sua aposta é que os índios seriam tragados e seus traços étnicos diluídos no conjunto da população brasileira. Sua aposta é também política, já que para ele a nação parte do estado, e no momento em que ele escreve, esse estado é Português, possui no trono um imperador da família Bragança, do qual ele é amigo e partidário. Portanto

povo e nação só podem ser concebidos no interior de um estado aos moldes das nações civilizadas. Este estado-nação possui objetivos ideológicos definidos, e nesse jogo não é possível manter ambigüidades. Sendo selvagens, não podem os índios serem brasileiros, e nem representantes dessa identidade nacional.

CONCLUSÃO

A historiografia iniciada em meados do século XIX consagrou a idéia de que o estudo da questão indígena no Brasil era objeto da etnografia e não da História. A concepção de que os indígenas não possuíam história marcou profundamente a legislação indigenista no cenário imperial. Disto resulta a imagem fossilizada dos povos indígenas, que até o século XX, foram interpretados como objetos de estudo da antropologia e não vistos em suas próprias dinâmicas históricas de protagonismo e resistência. Não obstante, concorreu para isso o acirrado debate entre os partidários da catequese e missionação e aqueles que defendiam a exclusão e mesmo o extermínio das populações indígenas do país. As análises de Barboza e Varnhagen expressavam aos moldes do pensamento ilustrado a contradição entre as teorias de gabinete e a realidade violenta das províncias. Tais discussões propunham decidir sobre a melhor saída para a domesticação dos índios, inscritos em um projeto de estado que visava não somente o aprimoramento de seus costumes, mas também a utilização de sua força de trabalho. Por trás da questão da inclusão do indígena, o que se quer discutir é a canalização de esforços para o progresso da nação. Nesse debate as opiniões divergem. Se por um lado o emprego e uso das armas e da violência aparecem nas práticas historicamente solidificadas desde a colonização, no nível do debate ilustrado, tais práticas coercitivas, deveriam ser ao menos camufladas e o resultado disso talvez tenha sido a forte tendência à romantização e idealização do índio. Para finalizar, gostaria de lembrar que o debate sobre o ser ou torna-se brasileiro é e sempre será uma questão de balizamento histórico. As identidades nacionais, regionais, étnicas, e suas variações, antes percebidas como fixas, hoje são tomadas como dinâmicas. O que importa é lembrar que entre o ontem e o hoje, coube à história ser o cenário de um debate político que se estende até até os nossos dias.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Ignácio de Cequeira. Memórias históricas, e políticas da província da Bahia. Bahia, typografia do correio mercantil de precourt e c. 1835. Tomo I e II.

BARBOZA, Januário da Cunha. “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos jesuítas fundado principalmente na propagação do chistianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes.” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO II, 1º trimestre de 1840, Rio de Janeiro: 2º edição, 1858, p. 3-18.

BARBOZA, Januário da Cunha. "Se a introdução dos escravos africanos no Brazil embarça a civilização dos nossos indigenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que soffre a lavoura brasileira?" Tomo I, 3º Trimestre de 1839 - N. 3, p. 159-166

CARVALHO, Marcus J. M. “Os índios e os ciclos das insurreições liberais em Pernambuco (1817-1848): Ideologias e resistência”. IN: ALMEIDA, Luiz Sávio. GALINDO, Marcos. (orgs.). Maceió: EDUFAL : 2002, p. 67-95

GILENO, Carlos Henrique. A escravidão Indígena no pensamento do Conêgo. In: http://www.achegas.net/numero/dezenove/carlos_gileno_19.htm, acessado em: 11 de julho de 2011

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: Estudos Históricos: Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27

MARINATO, Francieli Aparecida. Nação e Civilização no Brasil: Os índios botocudos e o discurso de pacificação no Primeiro Reinado. Revista Dimensões, V. I, 2008, pp. 41-62. Acessado em 31 de maio de 2011

MONTEIRO, John Manuel. “Unidade, diversidade e a invenção dos índios: *entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen.*” In: Revista de História 149 (2º - 2003), p. 109-137

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH, Campinas, Agosto, 2001

MOREL, Marco. “O Mau Selvagem: índios invisíveis no Romantismo brasileiro” In: LESSA, M.L. FONSECA, Silvia Carla P. de Brito (orgs.). Entre a Monarquia e a

Répubblica: Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Ed. UERJ :2008, p. 123-149

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 125-157

TURIN, Rodrigo. A“obscura história indígena”. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: Guimarães, M. L. S. Estudos sobre a Escrita da História. Rio de Janeiro, &letras, 2006, pp. 86-113

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*. TOMO II, 1º edição, Rio de Janeiro, 1857, p. XV –XXVIII.

VIEIRA, Antonio. Cartas. Tomo I, Lisboa, editores, J.M.C. Seabra e T.Q. Antunes. Lisboa: 1854,p. 75-92